

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-202>

ESTRATÉGIAS CARIOCAS DE ENSINO NA PANDEMIA: DIÁLOGOS COM A GESTÃO ESCOLAR

Tereza Cristina de Almeida Guimarães, Elisângela da Silva Bernado, Amanda Moreira Borde

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7601>

Submetido em: 2023-12-03

Postado em: 2023-12-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ESTRATÉGIAS CARIOCAS DE ENSINO NA PANDEMIA: DIÁLOGOS COM A GESTÃO ESCOLAR

TEACHING STRATEGIES AMIDST PANDEMICS IN RIO DE JANEIRO: DIALOGUES WITH SCHOOL MANAGEMENT

Tereza Cristina de Almeida Guimarães
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0161-8190>
tecrisalgui@hotmail.com

Elisangela da Silva Bernado
Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3994-0254>
efelisberto@yahoo.com.br

Amanda Moreira Borde
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0157-4706>
amandaborde@yahoo.com.br

RESUMO: O estudo objetiva discutir algumas estratégias utilizadas em uma escola pública municipal carioca para enfrentar os desafios da pandemia na educação escolar a partir do fechamento total das escolas no ano de 2020 até sua reabertura em 2022. Utiliza-se a teoria *Street-level Bureaucracy* lipskyana para contextualizar a ação discricionária da gestão escolar como burocrata de nível de rua que, na prestação do serviço público, ressignificam e fazem a política ao observarem as orientações expressas no alto escalão (Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação), à medida que buscam responder às demandas da comunidade escolar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestão da escola, que foram analisadas por meio da Análise Textual Discursiva, categorizadas e interpretadas. Os resultados revelam antigos desafios reescritos pelo contexto pandêmico e provocações que exigem a atuação da gestão, salientando a importância da observação desses agentes implementadores no nível de rua.

Palavras-chave: Gestão escolar, pandemia, burocracia de nível de rua.

Abstract: This study aims to discuss the strategies employed in a full-time municipal public school in Rio de Janeiro to tackle the challenges posed by the pandemic in education, spanning from the complete closure of Rio de Janeiro schools in 2020 to their full reopening in 2022. Based on Lipsky's Street-level Bureaucracy perspective, we contextualize the discretionary actions of the school manager and their team as street-level bureaucrats. When delivering public service, they reinterpret and enact policy while adhering to the guidelines from the high-ranking bureaucrats (Municipal Government and Education Department) as they strive to respond to the demands of the school community. We conducted semi-structured interviews with the school management and analyzed the data derived from Discursive Textual Analysis, categorizing and interpreting the findings. The results reveal longstanding challenges reshaped by the pandemic context and provocations that demand action from school management, emphasizing the importance of observing these implementing agents at the street-level.

Keywords: School management, pandemic, street-level bureaucracy

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva apresentar as estratégias cariocas de ensino público em tempos de pandemia, focalizando uma escola de Turno Único da cidade do Rio de Janeiro e analisar as narrativas

da gestão escolar da denominada, neste espaço, como escola Z, a fim de verificar os desafios enfrentados para a manutenção do processo educativo.

Utilizou-se o referencial teórico de implementação de políticas lipskyano para a compreensão do contexto educacional da escola Z na crise sanitária, na ação da gestão escolar enquanto burocrata de nível de rua (BNR). Os BNRs carregam a responsabilidade de efetivar a política e traduzi-la, reestruturando o desenho de uma política de governo, não necessariamente em decorrência de uma intencionalidade. Sobre isso, Pires e Lotta registram que (2019, p.132) “a literatura predominante sobre a burocracia do nível da rua tem tratado essa questão como um resultado potencial (frequentemente não intencional) ...”. Em sua atuação, na rotina do desenvolvimento da política, a interpretação das políticas, por vezes, é a forma que encontram para estabelecer sua construção. Eles atuam na ponta do processo, cumprindo a última etapa do desenrolar da política, a partir de seu planejamento estratégico. No entanto, esses agentes não são meros executores/tarefeiros que se encarregam da execução do que foi estabelecido. Os burocratas de nível de rua reescrevem a política, pois, ao lidarem com ela em seu processo final, ressignificam-na segundo sua subjetividade. Lipsky (1980) define esse profissional como o agente da ponta do serviço. Ele é o burocrata que, na rotina de seu trabalho, estabelece critérios nas brechas deixadas pelas diretrizes das políticas, agindo de acordo com sua perspectiva.

Guimarães, Bernado e Borde (2022, p. 4) argumentam que ao se observar a ação dos BNRs chega-se ao “consenso de que a implementação tem sido compreendida como a tradução das metas elaboradas no alto escalão, transpondo-se para a ação dos burocratas de nível de rua, sempre atravessada por camadas de influências disjuntivas que abarcam posição social, percepções subjetivas, valores e outros”. De acordo com Lipsky (2019), esse agente do sistema público atua na linha de frente da implementação das políticas e tem alto poder discricionário.

Quanto à discricionariedade, as autoras (2022, p. 7) elucidam que é “decorrente da necessária ação para que os recursos insuficientes possam ser alocados, de modo a minimizar ao máximo os prejuízos da sua exiguidade”. Ou seja, a discricionariedade acontece na rotina de seu trabalho, quando o agente implementador, em contato com o cidadão, toma decisões e redefine as políticas.

Em relação aos percursos deste estudo, foram utilizados os seguintes procedimentos: revisão da literatura acerca da pandemia na escola brasileira, análise da legislação que orientou as escolas brasileiras e cariocas na pandemia, análise textual discursiva das entrevistas semiestruturadas com a gestão da escola Z.

A Análise Textual Discursiva (ATD) é uma ferramenta analítica, respaldada nos estudos de Moraes e Galiazzi (2016). Tal ferramenta move-se entre o positivismo e o interpretativismo, por

abarcam características da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise do Discurso (AD). Dessa maneira, a codificação e a categorização da AC reúnem-se à subjetividade e à criticidade que são essenciais para a AD. Por isso, é possível, dentro da ATD, articular categorias dedutivas a priori – que advêm da teoria que respalda a pesquisa – à categorização indutiva, a posteriori, decorrente dos dados da pesquisa. Os autores desenvolvem a metodologia da ATD em um movimento que comporta três etapas: a unitarização, a categorização e a produção de metatextos.

Na unitarização, as unidades significativas nos discursos são reconhecidas, examinando “os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes” (Moraes; Galizzi, 2016, p. 33). Na categorização, os significados semelhantes são articulados a partir de códigos identificados, importando “nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão” (Moraes; Galizzi, 2016, p. 44). A última etapa traz o encaminhamento de descrições e interpretações dos fenômenos investigados em forma de metatextos, “constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto de teorização sobre os fenômenos investigados (Moraes; Galizzi, 2016, p. 54).

Dentro do *corpus* das narrativas e de sua fragmentação, seguiu-se o levantamento de unidades textuais significativas – unitarização – e a indicação da categorização e dos elementos para a elaboração dos metatextos. Esse movimento epistemológico estrutura-se em direções descritas a partir das proposições e percepções advindas das entrevistas:

Quadro 1: Análise Textual Discursiva: O Movimento da Categorização

CATEGORIZAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ESCOLA Z EM CONTEXTOS PANDÊMICOS		
BLOCO SEMÂNTICO 1: ORGANIZAÇÃO TEMPORAL		
Discurso	Unitarização	Elementos para o Metatexto
<i>“isso foi um problema que a SME no início do ano não proveu professor”</i>	“proveu” “professor”	- provimento do cargo de professor - arranjos na rotina escolar
BLOCO SEMÂNTICO 2: ABANDONO ESCOLAR		
Discurso	Unitarização	Elementos para o Metatexto
<i>“procurar através do diário, ligar para o pai, chamar a mãe, verificar porque o filho não veio”</i>	“procurar” “ligar” “não veio”	- busca pelo estudante - reintegração do aluno
BLOCO SEMÂNTICO 3: ACESSO ÀS PLATAFORMAS DIGITAIS		
Discurso	Unitarização	Elementos para o Metatexto

<i>“criamos vídeos de passo a passo para eles de como baixar o aplicativo pelo celular e depois de como acessarem”</i>	“criar” “passo a passo” “acessarem”	- inclusão digital
BLOCO SEMÂNTICO 4: ACESSO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES		
Discurso	Unitarização	Elementos para o Metatexto
<i>“que qualquer aluno que passe aqui na frente escaneia o QR Code”</i> <i>“Ele entra lá em todas as atividades da escola”</i>	“qualquer aluno” “todas as atividades”	- diminuição das desigualdades

Fonte: elaboração própria

Nesse horizonte de discursos e percepções e para sintetizar a proposta, ressalta-se que este estudo foi realizado por intermédio da revisão de literatura, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas, além de análise das entrevistas por meio da ATD; possuindo, caráter investigativo e questionador, com base descritiva e analítica da atuação da gestão escolar, perscrutando seus atos discricionários diante do contexto pandêmico da escola Z.

Quanto à estruturação, este estudo foi construído na seguinte formatação: além desta Introdução e das Considerações Finais, desenvolveram-se reflexões em três seções. Na primeira, reconhece-se a escola Z no contexto pandêmico, evidenciando o papel multifuncional do gestor escolar. A segunda seção é dedicada ao movimento de fechamento das escolas até seu retorno no município do Rio de Janeiro, com um olhar direcionado para as legislações. Na terceira seção, debateram-se as estratégias utilizadas pela gestão da escola Z para a manutenção das atividades escolares e para a retomada das aulas, seus desafios e possibilidades, evidenciando a construção dos metatextos, a partir das análises realizadas.

O PANORAMA DE CRISE MUNDIAL E A ESCOLA Z

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, foi identificado o primeiro caso da pandemia pelo novo Coronavírus, SARS-CoV2. A partir de então, os casos começaram a se espalhar pelo mundo. No ano seguinte, em fevereiro, o primeiro caso brasileiro foi identificado em São Paulo. Em março, a OMS definiu como pandemia a emergência de saúde provocada pela doença denominada Covid-19. Nesse mesmo mês, a primeira morte pela doença foi confirmada no Brasil.

Santos (2020, p. 5) acredita que “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem estado sujeita”, ressaltando que tal crise sanitária expõe as fragilidades e desigualdades de nossas sociedades em vários níveis. Holliday (2020, p. 5) distingue a pandemia como um acontecimento que “temos que aproveitar este momento para problematizá-lo criticamente, radicalmente, como uma situação limite a superar, não buscando retornar à “normalidade” que existia antes, que não tem futuro”.

O autor convida à reflexão acerca dos modos como essa cena complexa nos provoca e ratifica a percepção de incompletude e instabilidade, reconhecendo a natureza efêmera de nosso domínio na relação entre tempo, espaço e acontecimentos que reafirmam a necessidade de outras reflexões devido à subjetividade dos papéis sociais na escola e para além dela. Essa provocação propositiva expõe o que já era sabido. Ao considerarem-se as diversas condições impostas pela pandemia, reveladoras de um dimensionamento ampliado do desafio da luta por justiça social, democracia e redução das desigualdades, observa-se a crise da saúde e as implicações dela decorrente.

Quanto à educação, a pandemia da Covid-19 impôs a emergente e inédita adaptação ao mundo das aulas virtuais, em contraposição aos espaços de interações e acolhimentos humanos, físicos e sensíveis. Toda riqueza desse processo tátil não coube nas telas de computadores e celulares, porque a educação do indivíduo, principalmente das crianças, perde parte de sua essência na ausência do outro.

Acredita-se que para os estudantes sem acesso ao mundo digital pode ter restado a sub-realização acadêmica, em situações nas quais os sistemas escolares não agiram rapidamente para a reversão desse quadro, pois o campo educacional virtual pode se tornar tão ou mais excludente que a escola física.

Foi nesse contexto que observamos a escola Z, uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade do Rio de Janeiro, situada na 11ª Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), uma unidade escolar que atende a mais de 500 alunos da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental em tempo integral. Trata-se de uma escola cujo gestor e sua equipe assumiram no ano de 2018 e atualmente estão no segundo mandato. O gestor é formado em Ciências Sociais com habilitação em História e Geografia e atua como professor no município desde 2010. Sua equipe gestora é formada por um Diretor-Adjunto, uma Coordenadora Pedagógica, além de uma Agente de Leitura. O Diretor-Adjunto é formado em Educação Física, a Coordenadora Pedagógica é pedagoga e a Agente de Leitura é formada em Artes.

A responsabilidade da gestão escolar na crise pandêmica é inegável, mas é necessário desmistificar algumas questões relacionadas às possibilidades de ação da escola. Também é fato a ser destacado que as os gestores das escolas cariocas, assim como as demais escolas, continuaram a

desenvolver suas atividades, remota ou presencialmente, visando auxiliar e apoiar alunos, professores e comunidade na organização e distribuição de materiais pedagógicos, cestas e cartões de alimentação, além de orientações quanto à preservação do bem-estar físico e emocional. Entretanto, garantir o acesso dos estudantes aos conteúdos digitais é uma responsabilidade fora do seu alcance.

Os profissionais da escola Z também se dedicaram às tentativas de preservação da escolarização, compreendendo que essa deveria ser sempre acompanhada de políticas públicas necessárias e articuladas a saberes outros para que pudessem trabalhar em condições adequadas.

A partir dessa compreensão, articulada à orientação legal, a gestão da escola, como as demais equipes escolares, assumiu características multifuncionais para além daquelas que já marcavam a rotina de seu trabalho, visando à implementação de políticas mitigadoras desse contexto de crise. Nesse processo, a gestão escolar precisa encontrar o equilíbrio entre as funções técnicas e políticas que formam o escopo de sua atuação na gestão do cotidiano, complexificado pelo contexto de crise.

Bernado (2015, p. 102) acredita que o gestor escolar é um profissional que atua “não somente na gestão escolar ou da sala de aula, mas na produção de um conhecimento empírico da nova realidade que é colocada para o atual gestor educacional para além dos muros da escola”. Ela (2020, p. 80) argumenta que “o exercício da gestão não é mais uma função meramente burocrática, mas é uma ação que exige articulação entre os saberes, os tempos e os espaços formais e não formais de ensino, da comunidade e da gestão”. Na pandemia, esse profissional teve que apoiar alunos, professores e comunidade na organização e distribuição de materiais pedagógicos, cestas e cartões de alimentação, além de orientar a comunidade escolar quanto à preservação do bem-estar físico e emocional.

Essa multifuncionalidade foi necessária porque a educação não foi poupada do contexto de adversidade e a escola Z, assim como as demais escolas brasileiras, no fim do intrincado ano de 2020, não estava nem perto do seu habitual: os alunos não se encaminhavam para a escola, não se sentavam nas carteiras ao lado dos colegas, não encontravam seus professores, não desfrutavam de recreios, atividades esportivas e de toda complexa e saudável balbúrdia de vozes, olhares, trocas, interações, toques e aprendizagens: eles estavam em casa, tentando aprender pelos meios digitais. Aqueles mais abastados tinham um laptop, um tablet ou um celular e uma conexão à internet – o mínimo necessário para o acesso às aulas remotas. Outros, que já viviam a exclusão digital, acumulavam experiências contínuas de não acesso e não usufruíam de tais direitos. Parece-nos que a crise na saúde expôs ainda mais as muitas vulnerabilidades e desigualdades em nossos sistemas educacionais decorrentes do desalinhamento entre os recursos oferecidos e as necessidades reais de estudantes, professores e escolas em todo o país.

ORIENTAÇÕES LEGAIS NA PANDEMIA: DO FECHAMENTO DA ESCOLA À RETOMADA DAS AULAS

No contexto nacional, as orientações quanto aos processos educacionais na pandemia acompanharam as diretrizes de algumas legislações. A Medida Provisória (MP) n.º 934, de 1º de abril de 2020 e os Pareceres CNE/CP n.º 05/2020, CNE/CP n.º 11/2020 evidenciaram-se como documentos-base para a elaboração dos textos políticos educacionais cariocas. A MP n.º 934/2020, que mais tarde seria o indicativo para a elaboração da Lei 14040/2020, desobrigava escolas e universidades do cumprimento da quantidade mínima de dias letivos em 2020. O primeiro Parecer tratava da “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19” (Brasil, 2020). No texto do Parecer, há a ratificação da dispensa do cumprimento dos dias letivos, como apresentado no disposto:

Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos [...] (Brasil, 2020).

O segundo Parecer trazia “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia” ((Brasil, 2020) e esclarecia que

por atividades pedagógicas não presenciais, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições para realização de atividades escolares com a presença física de estudantes na unidade educacional da educação básica.

Foi nesse contexto de inúmeras incertezas que, a partir de 21 de março de 2020, por meio do Decreto n.º 47.282, as escolas municipais cariocas foram fechadas. É importante observar a caracterização dos textos das políticas então exaradas – não necessariamente claros, fechados ou completos – como produto do comprometimento dos agentes em diferentes estágios do processo político e ratificado nas formas pelas quais o município elaborou as políticas educacionais no âmbito pandêmico. A importância da produção desses textos reside na possibilidade de compreendermos as políticas educacionais, o processo de sua configuração, a implementação e seus efeitos sobre as práticas institucionais, a produção de subjetividades e os padrões de desigualdades sociais em que

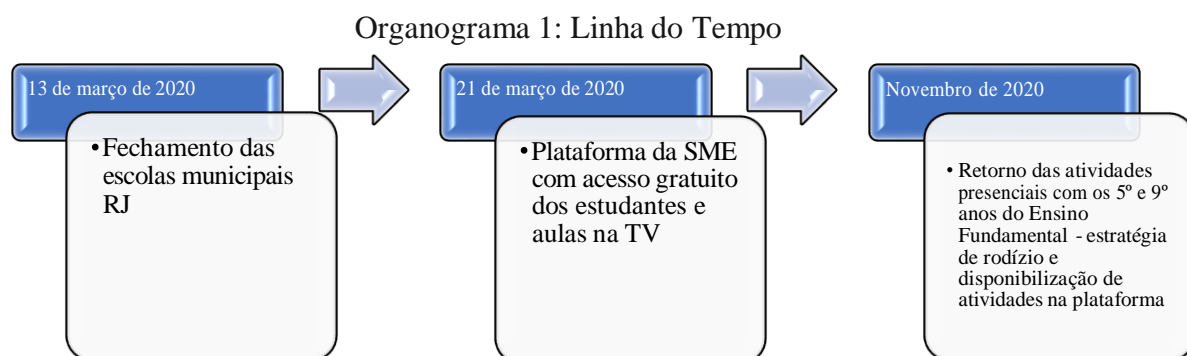
estão inscritos. As autoridades educacionais cariocas responderam à contingência e iniciaram as medidas que consideraram pertinentes ou prioritárias naquele momento.

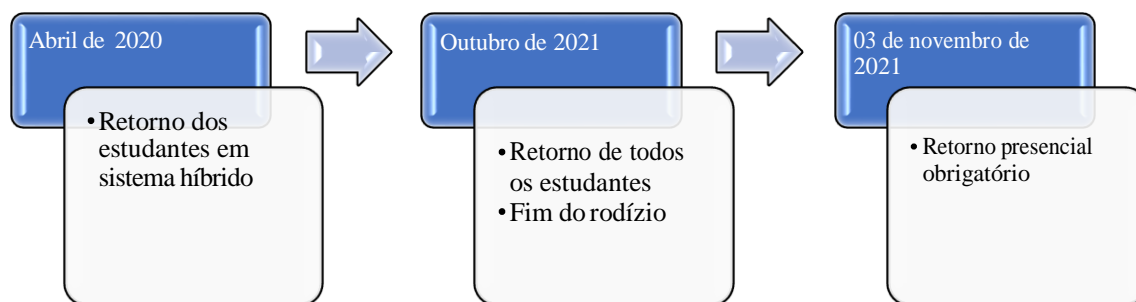
Nesse quadro educacional pandêmico e depois de um ano de escolas fechadas, a Secretaria Municipal de Educação (SME) estabeleceu o retorno presencial para o dia 24 de fevereiro de 2021, obedecendo a um escalonamento de horários. Nesse período, denominado Fase 1, aconteceu o retorno do Pré-Escolar, além dos 1º e 2º anos de escolaridade. De forma gradual, os demais anos de escolaridade retornaram. Desse modo, o calendário publicado no Diário Oficial em 6 de janeiro de 2021, por meio da Resolução SME n.º 239, perspectiva seu cumprimento tendo como respaldo a Lei 14040/2020.

A Deliberação E/CME n.º 42, de 23 de setembro de 2020, aprovou a reorganização currículo, considerando o biênio 2020/2021:

Art. 1º Fica aprovada a Reorganização do Currículo Carioca a ser implementada no biênio 2020/2021, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação-SME, a partir do período de afastamento dos estudantes às aulas presenciais, durante o isolamento social estabelecido pelas autoridades sanitárias diante da Pandemia provocada pela Covid-19, garantindo o processo de discussão entre os profissionais da Educação e demais componentes da comunidade escolar (Rio de Janeiro, 2020).

Esse movimento se desenhou em um contexto de tentativas de não perder o vínculo “estudante/escola”, estabelecendo metodologias pedagógicas não-presenciais, implementando Ensino Híbrido e Remoto e, enfim, reorganizando a escola para o retorno das aulas. Desse modo, após meses de salas de aula vazias, a cidade do Rio de Janeiro, a partir do fim do mês de novembro de 2020, articulou estratégias de contato com o estudante para a retomada do ensino semipresencial até o presencial definitivo que seguiram a seguinte sequência:





Fonte: elaboração própria a partir das informações da página Rio Educa

Observação: De acordo com as informações da página da SME “Educa Rio”, as famílias dos estudantes tiveram a opção de permanecer apenas em ensino remoto de novembro de 2020 a outubro de 2021.

De março a outubro de 2020, as escolas municipais cariocas estiveram fechadas, porém buscaram o contato com os estudantes de forma virtual. As principais ações da Prefeitura do Rio de Janeiro, à época, foram projetadas no Decreto Rio n.º 47282 de 21 de março de 2020 que “determina a adoção de medidas adicionais, pelo município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus – Covid – 19, e dá outras providências”.

A preocupação apresentada no decreto se centra em duas vertentes: disponibilização de conteúdos digitais e impressos e alimentação, essa última direcionada para famílias sem recursos e impossibilitadas de assumir responsabilidades financeiras, ou seja, uma política focal, em um sistema restrito de proteção social.

Na discussão sobre proteção social, Silva e Menezes (2022, p. 1) argumentam que se relaciona “não apenas à concretude da sobrevivência humana, englobando, também, aspectos que buscam assegurar uma cidadania plena, como as condições socioculturais, dentre as quais a educação se insere”. Para as autoras, as desigualdades estruturais ligadas à distribuição de renda estão consistentemente relacionadas, por sua vez, à distribuição de oportunidades educacionais. Isso porque os fatores que geram a desigualdade nessas oportunidades estão estruturalmente ligados àqueles que produzem a desigualdade social e econômica em termos gerais, indicando-nos que as desigualdades educacionais não se originam no sistema educativo, mas nele se agravam.

A desigualdade social é um dos fatores que melhor explica as diferenças educacionais e seu impacto no progresso educacional é especialmente relevante. Consequentemente, não é possível abordar as desigualdades na educação sem analisar a desigualdade social. As autoras discutem ainda que a garantia dos direitos sociais no âmbito escolar assume, “um caráter de política de proteção social” (p. 1), compreendido como necessário para o enfrentamento da perda de direitos básicos relativos à vida humana em sociedade, na garantia de ações necessárias para a manutenção da coesão social.

Após o período de Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNPs), a escola Z, seguindo as orientações do órgão central, em novembro de 2020, retomou as atividades presenciais com os 5º e 9º anos. Para essas turmas, foram oferecidas três horas diárias de atividades. Já no ano letivo de 2021, todos os estudantes retornaram à escola em sistema híbrido, mas ainda não havia a obrigatoriedade do retorno, cabendo ao responsável optar pelo Ensino Híbrido ou Ensino Remoto, neste último, o estudante realizava as atividades exclusivamente em domicílio.

Nesse momento, a SME centralizou as APNPs em plataforma própria, mas o contato com o estudante por outros meios permaneceu, como WhatsApp e atividades impressas, constituindo-se em estratégias para acolher pedagogicamente o aluno. Entretanto, a oferta do tempo integral na escola Z estava comprometida.

No dia 5 de outubro de 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro, observando as recomendações do Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19 da Secretaria Municipal de Saúde, decidiu pelo retorno pleno das aulas presenciais em todas as unidades públicas de ensino, nos diferentes níveis de educação. Para a decisão, os especialistas consideraram a melhora do cenário epidemiológico no município do Rio, com menor taxa de transmissão e hospitalizações por Covid-19 e o avanço da cobertura vacinal da população.

A SME disponibilizou um cronograma de retorno, que orientava a retomada das aulas para a Pré-Escola, Programa Carioca II e Ensino Fundamental (1º, 2º, 5º e 9º anos) no dia 18 de outubro. Já as Creches, Classes Especiais, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental (3º, 4º, 6º, 7º e 8º anos) no dia 25 de outubro.

Observa-se que os desafios do regresso à sala de aula foram inúmeros e exigiram o desenvolvimento de estratégias assentes em alicerces inflexíveis: reestruturação de tempos e espaços para assegurar condições de higiene e distanciamento físico; expansão do acesso à conectividade e às ferramentas digitais para todos os professores e alunos, e em particular para aqueles com comorbidades que exigem ausências contínuas da escola e acompanhamento dos alunos com percurso educativo fragilizado etc.

Esse momento pode ser reconhecido como importante para toda a comunidade escolar e a ação da gestão escolar no acolhimento, orientação e monitoramento das interações e do cumprimento de todos os protocolos de segurança nos espaços escolares representou um desafio e uma necessidade para que a escola pudesse se reorganizar em um trabalho de constante conscientização de todos quanto à relevância de acatar outros comportamentos, outros saberes, outros entendimentos de si e do outro para a preservação da vida.

A partir do dia 3 de novembro de 2021, o retorno à escola se tornou obrigatório, exceto para os alunos com comorbidades comprovadas por atestado médico. A vacinação teve um papel

fundamental nessa retomada. Em fevereiro de 2022, apesar de uma intensa contaminação provocada pela variante Ômicron, a SME decidiu pela continuidade do retorno de 100% dos estudantes, pelo fim do rodízio e do sistema remoto.

Dessarte, ressalta-se que a elaboração do texto da política pública precisa atentar para as diversas realidades das escolas que compõem a rede de ensino e seus recursos financeiros e estruturais para alcançar alunos residentes em áreas conflagradas. É necessário ainda “considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais” (Cunha; Silva e Silva, 2020, p. 29).

A despeito do uso das estratégias e seus conceitos, o fato é que a pandemia dificultou o desenvolvimento de diversos aspectos da escola da nossa pesquisa concomitantemente: um desafio sem igual para a gestão, pois não houve apenas a mudança das salas de aula para as telas dos computadores, mas em torno dessa transposição se apresentaram desafios e questionamentos acerca das ideias básicas sobre instrução, frequência, o papel da tecnologia e as conexões humanas.

Mesmo que a partir de outubro de 2021, no município carioca, as escolas tenham retomado à rotina de atendimento total aos estudantes, reformulações ainda estavam em andamento, com um sentimento crescente de que algumas mudanças poderiam durar ou até mesmo se tornarem definitivas, como maior uso da tecnologia da informação, digitalização da comunicação, mais visibilidade da educação em tempo integral como estratégia para a redução das perdas nas trajetórias escolares. Reimaginar a escola parecia necessário dentro de um cenário que expôs ainda mais as fragilidades dos sistemas escolares brasileiros, considerando-se que, de modo geral, eles não foram idealizados para o atendimento remoto ao estudante e para a incerteza desse retorno total. Todavia, o ano de 2020, que parece ter se refletido em parte de 2021 e deixado incertezas para os anos que viriam, também evidenciou que a aprendizagem virtual tem um lugar na educação brasileira, apresentando-se como uma opção que não pode ser considerada menor, apesar de colidir com a desigualdade de acesso às mídias digitais vivida por milhares de estudantes brasileiros. Há possibilidades ao seu redor, principalmente se políticas públicas forem planejadas para democratizar o acesso às tecnologias digitais.

O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS: SEUS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Com o retorno total dos estudantes às escolas cariocas, no 2º semestre de 2021 a escola Z enfrentou um velho desafio acentuado em tempos pandêmicos: a carência de professor e a gestão teve que utilizar seu espaço discricionário para adequar a jornada escolar do estudante. Devido à carência

de professores no Ensino Fundamental 2, foi necessário reorganizar o horário dos estudantes, apesar do disposto na Resolução SME n.º 275, de 29 de julho de 2021:

Art. 2º O art. 11 da Resolução SME nº 250, de 11 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 11 Os estudantes matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, em horário parcial, terão 4 horas diárias de atendimento presencial, totalizando 20 horas semanais de atividade escolar. Os estudantes matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, em turno único, terão 6 horas diárias de atendimento presencial, totalizando 30 horas semanais de atividade escolar (Rio de Janeiro, 2021).

Uma estratégia, no âmbito da discricionariedade da gestão para a organização da escola, é relatada pelo gestor: “Eu não tenho professores para atender a todas as turmas, então eu consegui baixar o horário. O primário entra às 8 horas, o ginásio entra às 8 e meia. Se eu não tenho professor para entrar às 8 e meia, eu peço para que aquela turma entre às 9h”. A falta de provimento de professor na escola Z é explicada pela Agente de Leitura:

Só que a gente na escola não tem todos os professores ainda. [...] A situação da nossa escola por exemplo: o meu 7º ano está vindo os cinco dias da semana, se não me engano, dois dias eles saem mais cedo, fazem 4 horas ao invés de 6 [...]. O 9º ano, dos cinco dias, vem só três, terça, quarta e quinta e fazem 6 horas nesses três dias. Não vem segunda e nem sexta por falta de professor. Ficam só no remoto. Por causa da pandemia, a gente tem que organizar.

Nesse ponto, reivindica-se a categorização 1, Desafios e Possibilidades para a Escola em Contextos Pandêmicos, objetivando discutir o Bloco Semântico 1, “Organização temporal da escola Z no retorno às aulas”.

Diante da carência de professor, contexto no qual a política se apresenta em sua precariedade, a gestão da escola precisa utilizar seu espaço discricionário para organizar os tempos da escola de TU. A solução encontrada é diminuir os dias de aula ou seus horários e o direito do aluno aos dias letivos e à carga horária não é cumprido integralmente. Temos uma escola de tempo integral, ou seja, que deveria atender ao estudante no mínimo durante 7 horas de efetivo trabalho escolar, que não atende a todos os seus estudantes em tempo integral e mesmo a jornada ampliada _ aquela que acontece a partir de 4 horas de oferta escolar _ é oferecida com inconsistência, pois a política da oferta de tempo esbarra na inobservância da necessidade de disponibilizar professores para todas as disciplinas. A Agente de Leitura explica que “isso foi um problema que a SME no início do ano não proveu professor para essas matérias”.

Questões de carência de professor ou sua ausência fazem parte do cotidiano da escola brasileira. Na escola Z, a essas questões, indubitavelmente, suscitam a discricionariedade dos agentes, porém no período de crise, no qual a observância e materialização da matriz curricular apresentam-

se como primordiais para o enfrentamento das lacunas na aprendizagem, diante de um tempo importante de fechamento das escolas, acontece a falta de provimento e uma fragilização ainda maior do processo educativo. Ou seja, em um panorama de retomada das atividades escolares, a gestão da escola Z se depara com velhas questões que acentuam ainda mais a problemática que a pandemia impôs.

A contradição entre a política escrita e a prestação do serviço pelo órgão central reside no fato de que, apesar de determinar o cumprimento de 6 horas diárias para as escolas de tempo integral, esse órgão não provê o número adequado de professores para o atendimento. Diante dessa limitação, a retração na oferta de horas e até mesmo de dias letivos significa mais do que o descumprimento de uma orientação legal: significa a precarização do trabalho pedagógico em suas múltiplas possibilidades. É necessário destacar que, dentre as disciplinas não ofertadas, estão também aquelas que trariam para o currículo a possibilidade de articular saberes e vivências outras para além das disciplinas da base comum curricular. A Agente de Leitura completa a informação ao mencionar que “no 9º ano, eles não estão tendo aula de inglês, geografia, estudo dirigido e eletiva”.

No bloco semântico 2, “Abandono Escolar”, destaca-se uma questão, indicada pela gestão escolar na qual os estudantes paravam de frequentar a escola em um cenário em que se observa o impacto da pandemia na economia e consequente acirramento da pobreza.

Na escola Z, o enfrentamento da questão do abandono escolar aconteceu, segundo o gestor da escola Z, por meio do projeto “Oi, estou aqui!”, desenvolvido por uma professora agente de frequência escolar e idealizado pela equipe gestora, em seu espaço discricionário. Ele nos conta que “esse projeto que a gente fez aqui de procurar através do diário, ligar para o pai, chamar a mãe, verificar porque o filho não veio, diminuiu a evasão, muito [...]. Não é que seja uma coisa, mas funciona, porque ela fica... os trabalhos dela [aqui] é buscar. E a gente diminuiu a evasão na pandemia”.

Essa ação mostra a discricionariedade a favor dos processos incluídos na escola. É a ação do burocrata contribuindo para garantir o direito do estudante à educação. Isso porque fazer com que o aluno estivesse na escola em tempos pandêmicos representava a possibilidade de intervenção em realidades acadêmicas esmaecidas pelas impossibilidades que o contexto de crise acentuou.

Compreende-se, então, que a busca pelo estudante infrequente é um movimento que acontece na rotina da escola e representa uma importante estratégia para a reintegração do aluno ao espaço escolar. Na pandemia, esse movimento tornou-se imprescindível para retomar, refazer, reinventar trajetórias escolares engolidas pelos distanciamentos e esvaziamentos que a crise provocou.

Mais uma vez aqui, depara-se com uma situação cotidiana, que faz parte dos afazeres da gestão escolar e de sua constante preocupação. Entretanto, a crise sanitária complexificou as ausências dos estudantes, sinalizando inúmeras situações igualmente preocupantes: impossibilidades devido à contaminação de familiares ou própria, adoecimento, falta de condições financeiras para acessar a escola, inserção precoce e cruel no mercado pelo desemprego dos responsáveis, fragilidades emocionais etc. Nesse contexto, reintegrar o estudante à escola significava também acompanhá-lo e a sua família no enfrentamento da crise.

A gestão da escola Z priorizou o compromisso com o direito à educação de crianças e adolescentes, intensificando o movimento de Busca Ativa Escolar, projeto que alcança toda a rede de ensino – criando estratégias simples, pontuais e eficazes para garantir que os estudantes não abandonassem a escola, ampliando a política de busca por alunos. Além disso, a gestão da escola Z designa um profissional e cria a função “Agente de Frequência Escolar” exclusiva para o projeto, utilizando sua discricionariedade para tornar mais eficiente a Busca. A gestão escolar se percebeu como aquela que podia auxiliar a comunidade, resolvendo seus problemas específicos, em um movimento que confere atenção aos temas relevantes para os estudantes e que se propõe a agir a fim de beneficiá-los.

A discussão do Bloco Semântico 3, “Acessos às plataformas digitais” traz o Programa Conect@dos, que apresenta o “RioEduca e QR Code” e destaca-se a explicação do gestor acerca de tal Programa, por meio do qual, a partir do ano letivo de 2021, a prefeitura, ao desenvolver uma política redistributiva, ofereceu a alunos e professores dados para que tivessem acesso gratuitamente à plataforma de aulas. Ele também esclarece que os alunos sem equipamentos ou moradores de área sem a cobertura para acessar à internet receberam material didático impresso. A Coordenadora Pedagógica oferece mais detalhes sobre a política de expansão tecnológica desenvolvida pela Prefeitura do Rio em 2021:

Nós temos uma plataforma que não sei se é plataforma é Rio Educa. Carioca Digital, Rio Educa em que o aluno, o pai, o responsável, só gasta para acessar e baixar esse Carioca Digital. Quando ele baixa esse Carioca Digital, o aluno, os acessos é tudo por conta da Prefeitura do Rio. Então, quer dizer, é muito interessante porque a gente sabe que o pai não tem o crédito para o aluno ficar ali, então ele baixou aquele link, o aluno vai entrar com o nome, com a matrícula dele, então o aluno vai ter acesso a todo aquele material e quem paga por isso é a Prefeitura do Rio. Então, facilitou muito porque aí o pai não tem condição, ficou desempregado, a mãe....

A implementação dessas políticas na escola pública municipal carioca ilustra a possibilidade da promoção do acesso e da inclusão digital com o objetivo de inserir as tecnologias digitais no cotidiano escolar para todos os estudantes e professores. No entanto, a simples disponibilidade dos conteúdos digitais não foi suficiente. A Agente de Leitura esclarece que os alunos

tinham dificuldades com o aplicativo, sendo necessária a intervenção da gestão para que o acesso fosse bem-sucedido: “Para os alunos acessarem o Rioeduca, criamos vídeos de passo a passo para eles de como baixar o aplicativo pelo celular e depois de como acessarem”. Ela completa que diante da dificuldade “alguns (estudantes) iam até pessoalmente na escola para usar a ilha de conexão da escola e instalarem o aplicativo”. O objetivo era que a política fosse implementada de acordo com as diretrizes, mas a discricionariedade é a responsável pelo seu êxito.

Tais políticas podem posicionar a escola em um patamar importante de acesso a equipamentos, de maneira a ampliar a equidade no processo de ensino e aprendizagem. Assinalam-se as políticas propostas para as escolas municipais cariocas como um desenho de inclusão educacional que, ainda que não se efetive integralmente, evita a inoperância da escola frente ao período excepcional da pandemia. Ademais, acredita-se que essas políticas têm potencialidade para promover a inserção das tecnologias digitais em momentos de crise e na rotina da escola para além da pandemia, logo que haja ampliação significativa de investimentos em educação e desenvolvimento de políticas públicas que considerem as condições sociais e econômicas em que vive a maioria dos estudantes, sob o risco de ser tornar uma estratégia potencializadora de desigualdades educacionais ao invés de minimizá-las.

Essas políticas de inclusão digital objetivam diminuir as desigualdades de acesso à internet e se apresentam como condição indispensável para o êxito de qualquer estratégia de ER, pois permitem não somente o acesso, mas difusão do conhecimento e o compartilhamento de informações na pandemia.

Outra política formatada pelo alto escalão para a escola carioca no período de reabertura das escolas e manutenção de distanciamento físico foi denominada Rioeduca na Tv que, de acordo com a Resolução SME n.º 277, de 2 de setembro de 2021, em seu Artigo 3º: III. “[...] oferece uma programação diária de 10 horas de videoaulas em TV aberta e fechada, contemplando todas as etapas e modalidades de ensino ofertadas pela Rede Municipal de Ensino e todos os componentes da orientação curricular vigente”.

No Portal Multirio – um canal de multimídia educativa da Prefeitura do Rio de Janeiro – encontram-se explicações de horários, canais e acesso às aulas. Na verdade, o programa é um guarda-chuva denominado Rioeduca, dividido em duas possibilidades: o Rioeduca em Casa e o Rioeduca na TV. Esse último disponibiliza, na TV, aulas para todos os anos de escolaridade. Os programas se articulam, uma vez que o Conect@dos destina aos estudantes e professores o acesso gratuito ao aplicativo do Rioeduca, no qual são disponibilizados os demais. Desse modo, o alto escalão democratiza, amplia e facilita as possibilidades de efetivar a aprendizagem, assim como o prosseguimento da trajetória escolar dos alunos.

Já o Rioeduca em Casa é uma plataforma de ensino remoto que apresenta conteúdos online e o google sala de aula. O aplicativo possibilita ao professor o acompanhamento da participação do aluno nas aulas. Os estudantes podem tirar dúvidas por meio do chat e organizar-se em relação às aulas.

Essas políticas são essenciais porque o fechamento de escolas e sua parcial reabertura, agravados pela crise econômica e de saúde pública associadas, apresentaram grandes desafios para estudantes, professores e diretores. Ademais, o sistema de educação pública não foi construído, nem preparado para lidar com uma situação como as vivenciadas: tanto enquanto estrutura física das escolas como de APNPs, ainda que programas como o Rioeduca representem importantes passos para o prosseguimento da aprendizagem. Nesse caminho, a escola Z buscou consolidar o suporte de rede para que os alunos pudessem prosseguir, articulando-se com a comunidade e acolhendo alunos e professores.

A partir da ideia de ampliação do acesso dos estudantes ao conhecimento por meio da tecnologia digital, a gestão da escola Z, salientando seu espaço discricionário, dissemina a inclusão dos estudantes nas atividades escolares, direcionando sua tomada de decisão na qual a discricionariedade é decorrente da prescrição legal articulada ao contexto sociocultural, caracterizando o Bloco Semântico 4, “Acesso às Atividades Escolares”:

a gente tem o QR Code num azulejo lá na frente do colégio que o ... (gestor) falou que qualquer aluno que passe aqui na frente escaneia o QR Code que está lá no portão. Ele entra lá em todas as atividades da escola, então isso foi legal. Assim, a gente fez podcast, eu gravei vários vídeos na sala de leitura de contação de história, criei um canal no Youtube.

Com o QR Code exposto no muro da escola, qualquer aluno, pai ou responsável que possuísse um celular com internet poderia obter instantaneamente as atividades propostas pelos professores durante a pandemia. Esse movimento demonstrou que, no momento da implementação, desenhos outros podem ser definidos, tornando a política mais inclusiva, evidenciando que a direção escolar, em seu papel de agente implementador, decide fazer a diferença nas vidas dos estudantes e intervir em trajetórias escolares, percebendo como prioridade a necessidade do seu público e compreendendo que a política elaborada não é suficiente.

Essa ação operacionalizada pela gestão da escola Z ilustra que a política pública se realiza em um espaço de interseção, porque entre a sua definição e execução há pelo menos duas amplas dimensões que interferem no retrato que se fará da política. Essas dimensões podem ser caracterizadas como relacionais e intrínsecas e abarcam um número expressivo de fatores. A primeira, com características exógenas e instáveis, articula-se às questões organizacionais, burocráticas e contextuais. A segunda, endogenamente constituída e igualmente instável, coteja percepções

subjetivas e valores para a implementação da política. Maynard-Moody e Musheno, (2003, p. 93) discutem que esse é um movimento que se realiza face a face e assim “encenam a identidade tanto do agente quanto do cidadão”, perspectivando articulações. É importante refletir que essas dimensões não são isoladas, porém convergem/divergem, influenciando o resultado da implementação e retroalimentando-a.

A instabilidade que atravessa tais dimensões não é inócua ou fruto de um acaso procedimental, mas constitui as tensões que se sucedem no diálogo entre os seus elementos. Dessarte, nas organizações burocráticas, as percepções e atitudes dos agentes contornam e/ou admitem uma série de interferências que tornam a implementação cada vez mais assimétrica, com fatores positivos e negativos articulados, resultantes da discricionariedade do burocrata que acontece na implementação das políticas públicas.

É possível refletir que, dadas as várias maneiras pelas quais a crise ampliou as disparidades socioeconômicas (desigualdades sociais) existentes e como essas disparidades afetara, a aprendizagem, acirrando ainda mais as desigualdades educacionais, as ações como o Programa Conect@dos e o Rioeduca são oportunas nesta realidade de entrelaçados desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola Z, assim como em incontáveis escolas no mundo, no começo de 2020, as salas estavam vazias, entretanto, era necessário dar continuidade ao processo educativo em uma realidade inusitada. A tentativa de transpor a estrutura presencial para um sistema online ou virtual indicou o risco de que o processo de ensino e aprendizagem se tornasse secundário para o estudante, porque, embora os recursos tecnológicos fossem uma ferramenta fundamental para dinamizar a rotina de alunos e professores e estimular a colaboração e a criatividade, eles não substituíram o trabalho docente. Todavia, não se pode negar que as tecnologias educacionais possibilitaram, ainda que precariamente devido à fragilidade de seu alcance, a continuidade das atividades letivas e nesse sentido, o ato discricionário da gestão da escola Z foi essencial para fazer a administração cumprir os objetivos a que é destinada sua atuação, principalmente no atendimento ao interesse público.

Sem a ação discricionária dos agentes implementadores da escola Z, a política pensada para a inclusão discente no mundo tecnológico da aprendizagem e a continuidade dos estudos ficariam ainda mais fragilizadas, pois a promoção e a organização, mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas essenciais para garantir o andamento dos equipamentos educacionais em um contexto de crise couberam a eles.

A dificuldade de acesso à educação em tempos de pandemia, somada às consequências econômicas e sanitárias da Covid-19, teve um efeito significativo nas conquistas de aprendizagem dos estudantes. No entanto, a gestão da escola Z compreendeu a educação como um direito também na pandemia, trabalhando para reduzir a exclusão digital, organizar os tempos escolares, enfrentar o abandono escolar e aproveitar a oportunidade para repensar a educação.

Nesse sentido, as percepções da discricionariedade da gestão da escola Z dialogam com a adoção de uma organização burocrática estabelecida nas diretrizes dos formuladores da política e forjada no enfrentamento das desigualdades, em relações de horizontalidade, focalizando a aprendizagem. Ou seja, a gestão da escola Z apresenta-se no contexto da intencionalidade pedagógica como uma das propostas para repensar e responder aos desafios da pandemia, porque a intenção é construir o aprendizado com os estudantes em suas reais condições econômicas, sociais e culturais. Assim, os agentes implementadores reconfiguram o cotidiano escolar, observando as normas e recursos em um processo dinâmico, no qual esses eram constantemente ressignificados.

REFERÊNCIAS

BERNADO, Elisangela da Silva. Formação docente: que tipo de profissional formar?. *Boletim Técnico do Senac*, v. 41, n. 3, p. 90-109, 2015. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/38>. Acesso: 4 de novembro de 2023.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40014>. Acesso: 5 de novembro de 2023.

GUIMARÃES, Tereza Cristina de Almeida; BERNADO, Elisangela da Silva; BORDE, Amanda Moreira. A burocracia de nível de rua na discricionariedade docente. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e110669, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/9cbMZhSKsXrfw4FdxjzLqrS/>. Acesso: 2 de novembro de 2023.

HOLLIDAY, Oscar Hara. *Educación popular para la post-pandemia: Construyendo los inéditos-viables*. Curso desafios do conhecimento em tempos de pandemia. PPGEduc-Unirio, 2020.

LIPSKY, Michael. *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília, Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf. Acesso: 29 de outubro de 2023.

MAYNARD-MOODY, Steven; MUSHENO, Michael. *Cops, teachers, counselors: narratives of street-level judgment*. 1 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Editora Unijai, Ijuí, 2016.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; LOTTA, Gabriela Spanghero. *Burocracia de Nível de Rua e (Re) Produção de Desigualdades Sociais: comparando perspectivas de análise*. Implementando

Desigualdades. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho (org). Burocracia de Nível de Rua e (Re) Produção de Desigualdades Sociais: comparando perspectivas de análise. Implementando Desigualdades. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39751928/CAP%C3%8DTULO_4_BUROCRACIA_DE_N%C3%8DV EL_DE_RUA_E_RE_PRODU%C3%87%C3%83O_DE_DESIGUALDADES_SOCIAIS_COMPA RANDO_PERSPECTIVAS_DE_AN%C3%81LISE. Acesso: 25 de outubro de 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SILVA, Margareth Correa; MENEZES, Janaina Specht da Silva. Educação (em tempo) Integral e Proteção Social na Baixada Fluminense: Retratos de uma Trajetória Conjunta. *Educação UFSM*, p. e26/1-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/52421>. Acesso: 31 de outubro de 2023.

LEGISLAÇÕES

BRASIL, Governo Federal. *Medida Provisória nº 934*, de 1º de abril de 2020. Diário Oficial da União, p. 1-1, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. *Lei Federal nº 14040*, 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525> Acesso: 12 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP Nº: 11/2020*. Aprovado em 07 jul. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso: 11 de outubro de 2023.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº5/2020*. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://bit.ly/2Zh4JTZ> > Acesso: 13 de outubro de 2023.

RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 47282* de 21/03/2020. Determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392322>. Acesso: 14 de novembro de 2023.

RIO DE JANEIRO. (2020b). *Deliberação E/CME n.º 42*, de 23 de setembro de 2020. Conselho Municipal de Educação. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/680533/4701. Acesso: 29 de outubro de 2023.

RIO DE JANEIRO. *Resolução SME nº 239*, de 5 de janeiro de 2021.

Institui o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2021 e dá outras providências. Disponível em:

https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4797/?fbclid=IwAR3ikb8rWAdOgyHqM_x_gc7nm6nMnuUdFuWIp4yCIIJF13Tq18ZKUpfGQCE#/p:13/e:4797. Acesso: 12 de novembro de 2023.

RIO DE JANEIRO. *Resolução SME n.º 247* de 04 de fevereiro de 2021. Institui orientações para o Ensino Remoto nas Unidades da Rede do Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, no período da pandemia da covid-19 e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12555768/4337328/ResolucaoSMEN247consolidadacomalteracoesResolucaoSMEN277.pdf>. Acesso: 2 de novembro de 2023.

RIO DE JANEIRO. *Resolução SME n.º 275*, DE 29 DE JULHO DE 2021 Altera a Resolução SME n.º 250, de 11 de fevereiro de 2021, e suas alterações e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/14091082/4361211/ressme275212alteracaodaResolucao25021covid.pdf>. Acesso: 10 de novembro de 2023.

Contribuições de autoria

Tereza Cristina de Almeida Guimarães – conceitualização, investigação e redação

Elisângela da Silva Bernardo – análise formal e supervisão

Amanda Moreira Borde – metodologia e análise formal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 6.079.349

democráticas ou não da construção dos cenários vividos na escola, que permeiam todos e cada indivíduo que por ela transitam, possibilitando a reflexão sobre práticas mais ou menos participativas da gestão escolar, além de apontar pistas para a compreensão das formas pelas quais as políticas públicas circulam na escola.

Segunda Versão:

Objetivo Primário: Analisar a discricionariedade da direção escolar na implementação de políticas educacionais em uma escola de Turno Único Carioca por meio de narrativas atravessadas por contextos pandêmicos.

Objetivo Secundário:

- Discutir as narrativas da administração escolar e sua correspondência aos imperativos da escola de tempo integral, visando a uma formação global do estudante em tempos de distanciamento físico;
- Debater os modos pelos quais a implementação de políticas públicas pode produzir efeitos que atenuem ou cristalizem os desafios educacionais impostos pela Covid-19 à administração da escola de tempo integral pública carioca;
- Compreender de que modo as percepções de escola da direção escolar e seus atos discricionários podem dialogar com as perspectivas de uma educação integral e em tempo integral em contextos pandêmicos;
- Analisar a incorporação de narrativas (agente/estado, agente/cidadão e agente/clientela) à ação dos burocratas no momento da implementação e os sentidos produzidos a partir dessa relação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Primeira Versão:

Riscos: Os entrevistados podem se sentir constrangidos por alguma pergunta colocada ou se encontrarem em uma situação de desconhecimento em relação ao assunto tratado na entrevista e, em decorrência disso, não se sentir confortável para participar da pesquisa, fato que será devidamente respeitado.

Benefícios: O estudo irá contribuir para a compreensão sobre gestão escolar, gestão democrática, educação integral e em tempo integral em tempos de pandemia, na ação dos gestores, coordenadores como burocratas que implementam a política educacional na escola para o enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO**



Continuação do Parecer: 6.079.349

- a) Modelos de relatórios e como submetê-los (sub abas "Relatórios" e "Notificações" e aba "Materiais de apoio e tutoriais");
- b) Situações que podem ocorrer após aprovação do projeto (mudança de cronograma e da equipe de pesquisa, alterações do protocolo pesquisa; observação de efeitos adversos, ...) e a forma de comunicação ao CEP (aba "Tramitação após aprovação do projeto" e suas sub abas).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1899393.pdf	14/04/2023 17:50:01		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5947365.pdf	14/04/2023 17:48:00	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaAnuencia.jpg	14/04/2023 17:37:13	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	vf_Projeto_doutorado_PB.docx	14/04/2023 17:35:17	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Outros	vf_PlataformaBrasil_Pendencias.docx	14/04/2023 17:34:22	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	14/04/2023 17:29:53	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	14/04/2023 17:29:33	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_assinado.pdf	25/01/2023 11:15:40	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	04/09/2022 07:47:05	TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 6.079.349

RIO DE JANEIRO, 25 de Maio de 2023

Assinado por:
ANDRESSA TEOLI NUNCIARONI FERNANDES
(Coordenador(a))

COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

PARECER: APROVADO

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos que não há conflito de interesses.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.